

NARRATIVAS DE DOCÊNCIA E APRENDIZAGENS NOS ESPAÇOS DE SALA DE RECURSOS - AEE

Nadir Lucia Schuster Colling¹
Noeli Valentina Weschenfelder²
Pesquisa de Mestrado em Educação nas Ciências³

Resumo

Este artigo pretende tecer alguns elementos da pesquisa de mestrado da Linha de Educação Popular em Movimentos e Organizações Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Mestrado, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Tomando como ponto de partida o processo de inclusão de alunos com deficiências, elencando as Políticas Públicas junto às narrativas de docência de três professoras que atuam na modalidade da Educação Especial em escolas de ensino regular da abrangência da 36ªCRE. Considerando os pressupostos teóricos da metodologia das narrativas e histórias de vida, as referidas narrativas foram colhidas durante o ano de 2016 nos espaços específicos das Salas de Recursos, onde acontece o AEE-Atendimento Educacional, com o objetivo de complementar e ou suplementar os processos de escolarização de alunos com deficiências incluídos em escolas de ensino regular. Foram ouvidas e registradas vozes individuais e coletivas. Constatando a docência e as possibilidades dos processos de aprendizagens dos alunos com deficiências.

Palavras-chave: Educação Especial; Sala de Recursos, Escola; Alunos com Deficiências, Docência.

Abstract This present paper has the purpose of analyses some elements of the masters degree research Popular Education in Movements and Social Organizations, from the program of postgraduate degree in Education in the Sciences – Masters degree, of Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Taking as starter point the process of inclusion of students with disabilities; listing the Public Policy next to narratives of teaching from three teachers who work in the Special Education in schools comprehensiveness by 36º CRE. Seeing the theoretical bases of methodology of narratives and life stories, the respective narrative have been collected in 2016, in the specific spaces of Researches Rooms, where happens the Educational Attendance, with the goals of complement and supplement the process of education of some students with disabilities included in regular schools. Have been heard and recorded voices individuals and collectives. Stating the teaching and the possibilities of learns of students with disabilities.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação e Educação nas Ciências – Unijui / Pós-graduada em Educação Especial e Educação Inclusiva – Facinter / Capacitação na área de deficiência mental – URI / Graduada no curso de Pedagogia – Unijui / Professora da rede pública estadual / nadir_colling@hotmail.com

²Professora Orientadora, Mestrado em Educação nas Ciências (UNIJUI) / noeli@unijui.edu.br

³ Pesquisa de mestrado da Linha de Educação Popular em Movimentos e Organizações Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Mestrado, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

KeyWords: Special Education; Researches Rooms; Schools; Students with disabilities; Teaching.

1-Introdução

Este texto tem a pretensão de dialogar com alguns elementos da pesquisa de mestrado “*Narrativas e histórias de vida, percursos de formação e docência de quatro professoras na modalidade da Educação Especial: Sala de Recursos-AEE*, da Linha de Educação Popular em Movimentos e Organizações Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Mestrado, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

Ressaltando que, neste momento serão evidenciadas as narrativas de docência de três professoras nomeadas com distintos percursos de formação, que atuam na modalidade da Educação Especial em escolas de ensino regular da abrangência da 36ªCRE. Considerando os pressupostos teóricos da metodologia das narrativas e histórias de vida, as referidas entrevistas foram colhidas durante o ano de 2016 nos espaços específicos das Salas de Recursos, onde acontece o AEE-Atendimento Educacional.

Partindo da premissa que, vivemos num momento histórico, as Políticas Públicas de Inclusão avançaram nos últimos anos consolidando a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, realidade esta, que gera controvérsias e discussões acerca de sua real efetivação no contexto educacional. A partir da relevância da temática em questão diante do constante debate a cerca do processo de escolarização dos alunos com deficiências incluídos nas turmas de ensino regular, e a função pedagógica do professor que exerce a docência nos espaços de Sala de Recursos junto ao AEE- Atendimento Educacional Especializado, com o objetivo de complementar e ou suplementar os processos de escolarização de alunos com deficiências incluídos em educandários de ensino regular.

Conforme a LDB - Legislação da Educação Especial, no artigo 59, os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com deficiência toda uma estrutura com currículo, terminalidade específica, professores especializados, educação especial para o trabalho, acesso igualitário ao trabalho, então a escola também deveria promover a defesa e os

direitos humanos ao se respeitarem às diferenças individuais, garantindo a todos a igualdade de direitos e proteção a qualquer discriminação, percebendo que a inclusão escolar e social depende em reconhecer as pessoas e de cumprir seus direitos, indistintamente.

Nessa perspectiva de Inclusão, a Educação Especial é transversal ao currículo, se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades, o referido AEE como parte integrante do processo educacional, acontecendo prioritariamente em Sala de Recursos, em turno inverso ao da escolarização, não substituindo o ensino regular. Portanto a oferta do AEE tem papel fundamental para esse processo educacional, pois tem como objetivo prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular para os alunos público-alvo da Educação Especial: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Em termos de abrangência de 36ª CRE, com 12 municípios, num total de 62 escolas, a maioria delas possui alunos com deficiência incluídos! Atualmente são 24 Salas de Recursos autorizadas e funcionando! Para efetivar uma Sala de Recursos no ambiente escolar são necessários primeiramente três fatores: alunos com deficiências cadastrados no censo, espaço físico e professor com formação específica!

Considerando-se, também, que o processo de inclusão significa mais do que os alunos com deficiência na escola, no sentido de acolher democraticamente todos aqueles sujeitos que uma forma ou de outra são excluídos, por questões raciais, sociais, sexuais, religiosas. Segundo Chicon e Sá (2016, p. 104):

A inclusão escolar, em seu movimento, postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não ser só aceita como desejada.

Na maioria das realidades escolares o professor da Sala de Recursos, se transforma na referência em relação ao aluno com deficiência! Tudo gira em torno desta mediação pedagógica, no argumento dos de mais sujeitos envolvidos no processo de que, que tem formação nesta área é o professor de educação especial! Neste sentido, central a preocupação com as experiências construídas na Sala de Recursos, como processo

educativo que ainda mostra ser preocupante em muitas escolas “em tempos de educação inclusiva”.

3. Metodologia

Esta pesquisa teve sua proposta na metodologia de narrativas e histórias de vida, considerando os pressupostos teóricos de autores, embasados em: Barbier (2013), Goodson (2006), Josso (2004), Benjamin (2004 -1994;), Weschenfelder (2002), Glat (1999), Nóvoa (1992), junto da explanação dos critérios utilizados para a escolha das professoras parceiras da pesquisa.

As três professoras colaboradoras da pesquisa, com formação e nomeadas na Modalidade da Educação Especial, denominadas: Professora A, na sua formação inicial com o curso de Magistério, Graduação em Direito, Pós-Graduação em Educação, e Pós-graduação em Educação Especial na área da Deficiência Mental. A Professora C, licenciada em Matemática, Graduação e Pós-Graduação em Educação Especial e atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Mestrado, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Já a Professora B, graduada em Educação Especial, Mestrado em Educação nas Ciências e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Doutorado - UNIJUÍ. As entrevistas da pesquisa foram realizadas nos espaços das Salas de Recursos, sem a presença dos alunos, com viés empírico, e ao mesmo tempo pautado pela pesquisa-ação.

A Sala de Recursos, como espaço pedagógico onde acontece a oferta do AEE: Atendimento Educacional Especializado, primeiramente organizado e autorizado para seu devido funcionamento pela SEDUC. Onde as atividades desenvolvidas diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, com foco pedagógico e não clínico. Com o objetivo de complementar ou suplementar à escolarização de alunos com deficiências incluídos nas turmas de ensino comum e, principalmente sensibilizar para o processo de inclusão, temos que:

A sala de recursos multifuncionais, lócus preferencial do AEE, é o espaço físico que contém mobiliários, recursos pedagógicos e de acessibilidade e materiais didáticos para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (TURCHIELLO; MAXIMOWITZ; GUARESCHI; 2012 p.44)

Importante destacar que, primeiramente, para os alunos com deficiência, frequentar os espaços das Salas de Recursos e ter o acesso ao AEE, era necessário para a família e ou responsáveis do aluno, apresentar nas instituições escolares um laudo médico, especificado o CID, da deficiência. Porém, a partir de 23 de janeiro de 2014, através da Nota Técnica nº 04 de 2014 / MEC / SECADI / DPEE, houve a determinação de orientações quanto à documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar, determinado que:

Neste liame não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do Plano de AEE, se for necessário, o professor do AEE, poderá articular-se com profissionais da área da saúde, tornando-se o laudo médico, neste caso, um documento anexo ao Plano de AEE. Por isso, não se trata de documento obrigatório, mas, complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico. (BRASIL, 2014)

E mais, está declarado no decorrer do referido texto, que:

Ressalte-se, por imperioso, que a elaboração desse estudo de caso, não está condicionada a existência de laudo médico do aluno, pois, é de cunho estritamente, educacional, a fim de que as estratégias pedagógicas e de acessibilidade possam ser adotadas pela escola, favorecendo as condições de participação e de aprendizagem. (BRASIL, 2014)

Dentre as escolas da abrangência 36ª CRE, os professores que atuam na docência a modalidade de Educação Especial, nos espaços de Sala de Recursos são chamados de Professor ou Professora de AEE. Este profissional acompanha, diariamente, opostas realidades socioeconômicas, familiares e, acima de tudo, culturais, daqueles alunos que por algum impedimento não tem condições de realizar avaliações da área clínica, justificando o direito de ter acompanhando na Sala de Recursos, com o AEE-Atendimento Educacional Especializado.

O primeiro passo deste processo de avaliativo é dado pelo professor da sala de aula regular, que em parceria com a coordenação pedagógica encaminham o aluno para o professor da Sala de Recursos, acompanhado de um relatório referendo seu nível de

desempenho em relação ao processo ensino e aprendizagem, detalhando suas necessidades e potencialidades, sempre pelo viés pedagógico, compreendendo que:

Ao constatar que o aluno encaminhado sem diagnóstico clínico apresenta indicativos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o professor do AEE deverá elaborar um parecer pedagógico justificando que o aluno pertence ao público alvo do AEE. Entre os aspectos que podem ser descritos no parecer pedagógico podemos sinalizar os do desenvolvimento, decorrentes da história de vida do aluno e indicativos que caracterizem suas necessidades, habilidades e atitudes nas áreas: social, afetiva, cognitiva e psicomotora. (TURCHIELLO; SILVA; GUARESCHI; 2012 p. 52).

Diante desta atribuição diretamente relacionada à docência das educadoras que atuam nos espaços da Sala de Recursos- AEE foi essencial toda uma análise de estudos e diálogo, pois a possibilidade de realizar este processo de avaliação, para aqueles alunos que não tem laudo clínico, acarreta uma complexa gama de responsabilidade, principalmente para aquelas professoras com formação anterior a Nota Técnica nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE, foi fundamental repensar, reconstruir e se apropriar de conhecimentos, informações e técnicas para realizar a referida avaliação pedagógica nos momentos de formação do corrente ano de 2015.

Estas mudanças iniciaram com estudos teóricos que envolveram autores e conceitos relacionados ao processo ensino aprendizagem bem como as vivências de significações e aplicações dos chamados Testes Piagetianos, que embasam e constituem atividades práticas deste processo metodológico de avaliação.

A modalidade da Educação Especial que acontece nos espaços das Salas de Recursos, identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, as quais eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas através dos AEE- Atendimento Educacional Especializado, que é um serviço da Educação Especial que acontece no espaço da Sala de Recursos.

Desse modo, o trabalho realizado na Sala de Recursos - AEE é ofertado em todas as etapas e modalidades da educação básica e do ensino superior e nas modalidades: educação indígena, educação do campo e quilombola e nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

Ainda, na Sala de Recursos, o AEE é organizado para estimular as necessidades de acesso ao conhecimento e à participação dos alunos com deficiência e dos demais que são público alvo da Educação Especial nas escolas de ensino regular e constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino, embora frequentar a Sala de Recursos represente responsabilidade e decisão do aluno ou de seus pais/responsáveis, considerando ainda sua frequência articulada com a assiduidade do ensino regular, conforme afirmam Drago; Manga e Santos (2016):

(...) O convívio da criança especial em salas de aula comuns do ensino regular permite seu aprendizado e desenvolvimento, fazendo com que a mesma possa criar novas formas de agir sobre o mundo, ampliando suas ferramentas de atuação neste contexto cultural complexo que a recebeu. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva não deve substituir o ensino comum, e sim potencializar as ações pedagógicas em prol das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (p. 88-89).

O acompanhamento dos educandos com deficiências na Sala de Recursos- AEE tem como atribuições: articular-se com a proposta pedagógica da escola, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em sala de aula, no período/turno inverso ao da sala de aula que o aluno frequenta. Considerando as peculiaridades de cada sujeito, sendo que alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados. Os alunos poderão ser atendidos individualmente ou então em pequenos grupos, se suas necessidades forem comuns a todos.

O professor da Sala de Recursos - AEE elabora o Plano de Desenvolvimento Individualizado, o qual poderá ser feito semestralmente e ou anualmente, dependendo dos avanços constatados nas mediações pedagógicas no que se refere ao processo ensino aprendizagem dos alunos com deficiências incluídos. Os referidos Planos da Sala de Recursos - AEE são elaborados com dinamismo e flexibilidade, como uma previsão do trabalho pedagógico semestral e ou anual, de acordo com o contexto vivenciado:

Os planos de AEE resultam das escolhas do professor quanto aos recursos, equipamentos, apoios mais adequados para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma da escola comum, garantindo-lhe a participação no processo escolar e na vida social em geral, segundo suas capacidades. Esse atendimento tem funções próprias do ensino especial, as quais não se destinam a substituir o ensino comum e nem mesmo a fazer adaptações aos currículos, às avaliações de desempenho e a outros. É importante salientar que o AEE não se confunde com reforço escolar (ROPOLI et al., 2010, p.23).

O processo avaliativo dos alunos matriculados na Sala de Recursos - AEE vai acontecer a partir do Plano de Desenvolvimento Individualizado específico de cada educando, da observação direta, do registro dos trabalhos desenvolvidos, suas mediações nos espaços escolares onde serão observados seus avanços, registrados e apresentados em Pareceres Descritivos de acordo com o que está estabelecido pelo regimento escolar.

Os alunos com deficiências incluídos nas salas de aula regular são avaliados por seus professores, sendo que, os registros, a expressão dos resultados do processo ensino aprendizagem, poderão ser expressos em forma de notas, conceitos e ainda através de pareceres descritivos, quando a necessidade do aluno assim o exigir.

Completando o tempo de sua permanência na escola, conforme estabelecido no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar e diante dos resultados alcançados, o aluno receberá Certificado de Conclusão de Terminalidade Específica no Ensino Fundamental, Médio ou Técnico Profissionalizante, quando o caso exigir. Se fazendo necessário, esse parecer será construído em parceria com o professor da Sala de Recursos - AEE, professores das salas de aula regular e equipe diretiva.

4. Resultados e discussões

Experiência e formação são atributos constantemente elencados quando o dialogo envolve a escolarização de alunos com deficiências incluídos, na sala de aula regular, especificamente na área da Educação Especial, independente dos cursos de formação inicial e ou continuada, os conceitos e saberes são complexos, e podem ser atribuídos a identidade e subjetividade dos sujeitos envolvidos.

A postura de professor pesquisador configura-se como um diferencial, sendo a escola um universo em constante movimento, todos os dias novos e diferentes alunos são matriculados e, quando apresentam um diagnóstico, imediatamente este é associado ao educador da Sala de Recursos - AEE.

Como estou há mais tempo na escola, conheço o jeito de olhar da coordenação pedagógica quando vem pro meu lado com um papel em mãos! O primeiro laudo que mencionava TGD, nossa foi um baita alvoroço, e eu apenas respondi, calma colegas isso é dentro do autismo! Naquele momento olhar já mudou, pois não dizem, mas devem relacionar, que de autista em entendo! Não, eu não sei de tudo, mas eu procuro, eu pesquiso, eu pergunto me aproximo de médicos, psicólogos e

principalmente coma família! Quero saber dos sintomas, os cuidados, o que desorganiza a criança, mas acima de tudo o que ela pode e é capaz de fazer, para então planejar um plano de desenvolvimento individualizado com possibilidades de estímulos e aprendizagens, pois esta é a função da escola. (Professora A)

Do lugar de Coordenação da Educação Especial, em relação aos educandos com diagnóstico de Autismo, cabe referendar, o aumento acentuado de matrículas de alunos autistas nas escolas da rede estadual de abrangência da 36ª Coordenadoria Regional de Educação. Educandos estes, matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental, e Ensino Médio. Ressalta-se, também, que o chamado de Transtorno do Espectro Autista, envolve conceitos amplos e cada sujeito manifesta diferentes sintomas, dentre eles, a fala preservada, sem a articulação da linguagem, com deficiência intelectual, com o cognitivo com possibilidades de aprendizagens acadêmicas.

Em diferentes momentos de Formação Continuada, específicos do grupo de professores que exercem a docência nas Salas de Recursos, na pauta de debate, são referendados conceitos relacionados ao Autismo, na necessidade de um constante processo de busca por formação continuada, de investimento pessoal de escolhas para aquisição e leitura de livros, disponibilidade para dialogar com equipe multidisciplinar que atendem este ou aquele aluno e, acima de tudo, significa um exercício de escuta sensível junto às famílias e aos colegas professores.

Eu tenho muitos livros de autismo, adoro o assunto, acho nossos encontros de formação sobre alunos autistas na escola regular, muito interessantes, anoto tudo, mas nas três escolas em que trabalhei até agora não tive nenhum educando diagnosticado. Não vejo a hora de trabalhar com alunos autistas. (Professora C)

Como na minha escola tem aluno autista, eu me proponho a fazer uma formação geral no início do ano, entrego nas mãos dos professores um material impresso, e deixo xerox de livros, reportagens sobre o assunto na mesa da sala dos professores, discretamente monitoro o fluxo destes materiais (risos). Estou sempre disponível pra o diálogo, mas meus colegas já entenderam que faço minha parte, e eles também têm que colaborar, eu ajudo em tudo que for possível. Defendo o direito de aprendizagem dos alunos sempre, não concordo com o argumento de que estão na escola primeiro para socializar. Socialização é para todos os alunos assim como a viabilidade de estímulos e de construir conhecimentos, claro que respeitando sempre o tempo e o ritmo de cada sujeito! (Professora B)

Depois de um tempo de serviço e uma caminhada pelas escolas, a gente aprende, muito, principalmente sobre pessoas, então agora estou numa fase ponderação, de escutar. Os professores da sala de aula regular têm muitas angústias, e em relação aos alunos com deficiências, os autistas nem se fala, mas aos poucos eles estão entendendo que falar de autismo, é falar de autismos, no plural. Ainda argumentam que não tem formação, não estão preparados, mas então questiono: e

a família teve aviso prévio, foi preparada? O aluno está é da escola, temos que construir um trabalho em rede, compartilhado. (Professora A)

Considerando sempre, o nível de ciência em relação ao diagnóstico dos seus filhos, as expectativas e, principalmente, a postura e experiência do professor na Sala de Recursos – AEE são fatores importantes para acolher, compreender, sem julgar os sujeitos pertencentes ao núcleo familiar de todos os educandos, devendo ser a escola, como um lugar de convívio social.

Numa prática que vem sendo vivenciadas elencadas nas narrativas:

Recebemos a matrícula de uma aluna com baixa visão, deficiência intelectual e traços de autismo, e segundo a família, querem que a filha estude aqui, por que conhecem o trabalho realizado na escola. Logo pensei, nossa não tenho formação na área da deficiência visual, vou ter que me mexer. A aluna será acompanhada por uma monitora, e com a professora da sala de aula regular, vamos ter que estudar e planejar todas juntas! Alguns colegas vieram me questionar se esta aluna não deveria estar na APAE? Não sei! Respondi, pois ainda não a conheço, e se a família escolheu matricular na nossa escola, já é meio caminho andado, é aqui que ela vai estudar. Vai ser desafiador, complicado, vai! Mas temos que tentar. (Professora A).

A escola tem que aprender que Aluno e família em primeiro lugar, pois ambos precisam estar acolhidos neste espaço. Depois, toda a escola, pois a inclusão se faz com todos? O AEE não pode ser um espaço isolado na escola, mas sim um espaço interligado, e que propicia a mediação entre todos. Todos, devemos estar comprometidos com as aprendizagens, nos deferentes espaços, com momentos e situações que propiciem ao aluno com deficiência exercitar suas capacidades, e jamais fixar em suas dificuldades. Podemos aprender, mas o que irá mudar são as formas para se chegar a esta aprendizagem. Quando a família sente confiança no trabalho da escola todo o processo anda! (Professora C)

O trabalho realizado no espaço da Sala de Recursos - AEE corresponde à mediação com alunos com deficiência, também chamados, público-alvo da Educação Especial, sujeitos com diferentes diagnósticos, aliados as suas histórias de vida, identidades culturais, para então, ter formação para esta docência envolve a interface com muitos conceitos e saberes, que vão sendo constituídos como processo de formação e prática pedagógica, referendada nas narrativas das professoras entrevistadas:

Tenho orgulho do meu currículo de formação. Não acho que, nós professoras de Sala de Recursos ‘estamos preparadas’ para tudo, mas tenho a convicção de que estamos em constante aprender. Cada aluno é único e diferente, e por isso JAMAIS estaremos preparados. Dizer isso seria como isentar-se de buscar informações, atividades, exercícios novos e mais qualificados para nossos alunos. Acredito que no dia a dia, que se faz sempre diferente e desafiador. A experiência é algo muito importante, mas também não excluo em nossa profissão outros

aspectos como vontade de aprender sempre mais, disposição para inovar, empatia, carisma, etc. (Professora B).

Se olhar para minha formação inicial, e toda minha caminhada, nada foi fácil, eu tive que buscar estudar, no início eu era angustiada, pois achava que tinha que ter respostas imediatas pra tudo. Agora percebe que temos que trabalhar em conjunto, focados em cada aluno. Meu aluno autista vai para o Ensino Médio, no começo a família não acreditava nessa alternativa, mas agora, estão entendendo que ele pode avançar, já escolheram a escola, se vai dar certo, isso é outra parte da caminhada escolar. E eu afirmo isto agora com segurança e tranquilidade. (Professora C)

O processo de inclusão evidencia atitudes, acessibilidade arquitetônica, adaptações de infraestrutura, organização curricular, planejamento de todos os envolvidos para que se efetive significativamente a inclusão. É preciso que o professor da Sala de Recursos seja protagonista neste processo, necessitando ser dinâmico e atuar junto aos diferentes segmentos da escola, sempre exercitando a constante busca de aprendizagens, embasados em conhecimentos teóricos necessários a seu fazer pedagógico.

Uma colega me abordou na sala dos professores no momento do recreio para relatar sobre um filme de uma criança surdo-cega. Concordei que, realmente existem sujeitos com deficiências associadas. Que durante minha graduação, nos estágios convivi com crianças com diagnósticos de Síndrome de Down e Paralisia Cerebral, Deficiência Física e Cegueira, Deficiência Intelectual e Surdez, as chamadas Deficiências Múltiplas. Como também tem crianças com deficiência e algum transtorno associado, Síndrome de Down e TDAH. Mencionar que, os demais colegas que ouviram nossa conversação, estavam com olhares perplexos, alguém perguntou: mas esses alunos são de APAE? Suspirando fundo, argumentei que cada caso é um caso, e depende da escolha da família, não podemos negar a matrícula, nunca. (Professora C)

Quando o aluno tem deficiência, porém com o cognitivo preservado, é cego, domina o Braille, usa o computador adaptado, ou é surdo, acompanhado de um interprete Libras, dominando a linguagem de sinais, o processo escolar anda mais tranquilo. Mas com aqueles alunos com deficiência intelectual, que em alguns casos não conseguem se alfabetizar, requerem flexibilizações e adaptações curriculares, é preciso muita paciência pedagógica. Com debates constantes com os colegas professores, nos anos iniciais, tem um professor de referência, e nos anos finais fica complexo, uns querem promover o aluno sempre, outros defendem possibilidades de um tempo maior. (Professora B)

Diante das argumentações relatadas nas narrativas, nas quais os conceitos de formação, docência e aprendizagens na Sala de Recursos, se entrelaçam, tornando-se necessário expandir o olhar para além das estruturas e organizações, como um processo vivo, vivenciado na contemporaneidade, considerando que, houve uma época em que as pessoas com deficiência além de não serem reconhecidas, eram segregadas, sem direitos de

escolha, com escolas, instituições, específicas, determinadas aos sujeitos com deficiências e ainda de acordo com a tipologia da mesma.

Reaproximando o olhar para o contexto das escolas pertencentes a 36ª Coordenadoria Regional de Educação, aos alunos público alvo da Educação Especial, incluídos em turmas de ensino regular, uma significativa parcela de escolas com espaços de Sala de Recursos - AEE, autorizadas, organizadas e em funcionamento, todos estes argumentos poderiam ser precisos para mencionar que o processo educacional está dentro dos parâmetros. Porém, se fazem necessário ser realista e analisar criticamente este conjunto de alegações. Segundo a categoria, envolve processos de formação como a grande fragilidade em questão, junto de uma reestruturação curricular. Neste sentido gerando debates e, estando às professoras entrevistadas com suas opiniões defendidas e convictas nas suas narrativas:

Nos discursos de alguns professores, que alegam não ter formação ou não estar preparado para dar aula aos alunos incluídos. Isto é algo que me incomoda muito, pois quando buscamos nos envolver e fazer a diferença as situações acontecem. Agora quando fixamos em um discurso confortável de que 'não se tem formação para tal' parece que um horizonte de impossibilidades se abre. Ninguém está pronto, o que precisamos é de profissionais abertos ao novo, a buscar novas informações, conhecimentos, a amar todos os alunos com e sem deficiência e fazer por eles tudo o que tiver ao seu alcance. (Professora C)

Professor nunca para de aprender. Lembro de ter lido e ouvido várias vezes essa expressão e nela acredito. Acredito também nas pessoas, que todos podem aprender como acredito também, na boniteza da vida, no amor, naquilo que é verdadeiro, no valor da família, no afeto e na educação. Essas crenças são que me tem constituído como pessoa, sujeito de minha própria história e, portanto, responsável por aquilo que conquistei e ajudei a construir. (Professora A)

Neste liame, a Modalidade da Educação Especial junto aos espaços de Sala de Recursos e o processo de Inclusão Escolar, estão intimamente relacionados, resultantes de movimentos sociais, acesso às informações, Políticas Públicas com o objetivo de normatizar as mudanças, a conquista dos sujeitos com deficiência através de legitimidade e direito ao acesso e a escolha de uma escola, reforçando a premissa da escola para todos, com escolarização de qualidade, onde todas as aprendizagens são legítimas, pautada no convívio da diversidade.

4. Considerações Finais

Esta pesquisa foi efetivada considerando a mediação pedagógica que acontece nos espaços da Sala de Recursos, a partir da metodologia de narrativas de três educadoras, foi possível oportunizar aventuras junto ao exercício da aproximação e conhecimento pessoal, prevalecendo acima de tudo o respeito de todas, considerando as subjetividades e singularidades das professoras, que foram convidadas e solícitas para o estudo.

Para isso, os elementos significativos desta pesquisa foram os momentos das entrevistas com as professoras dialogando sobre os desafios e oportunidades de aprendizagens relacionadas com a docência na Sala de Recursos, como dispositivo para uma importante experiência formadora.

Através da metodologia da pesquisa junto as narrativas, as entrevistas começavam no instante em que adentrava no portão de cada educandário, através de um olhar e escuta sensível, assim como nosso corpo fala. É possível acreditar que uma escola através de seus prédios, muros, cores, na acolhida inicial pelo responsável da entrada, aos olhares furtivos e curiosos dos alunos, até chegar ao espaço da Sala de Recursos, todos falam.

A interrogativa permitiu destacar que através das narrativas foi possível conceber que, ninguém nasce professor, que as professoras entrevistadas se identificaram com a docência na Sala de Recursos – AEE, considerando que o processo de inclusão educacional, necessitando ser compreendido como uma experiência formadora no cotidiano da escola, o qual vai além de os alunos com deficiência estarem presentes na sala de aula regular. Representando também uma reestruturação curricular, porém infelizmente, ainda estamos presos aos currículos prescritivos de ensino, sendo os currículos de ensino narrativo de gerenciamento de vida, pouco conhecidos e permitidos, como possibilidade de enxergar e compreender as diferentes histórias narradas de todos os sujeitos das escolas.

Ao efetivar esta pesquisa salientou-se que é imprescindível dialogar sobre a temática da Modalidade da Educação Especial, especificamente os diferentes processos de aprendizagens vivenciadas nos espaços de Sala de Recursos/AEE. Junto a toda comunidade escolar e torna-se primordial, debater os destinos processos de escolarização, junto aos conceitos relacionados às aprendizagens de todos os alunos da escola, incluídos na escola regular através de ações pedagógicas planejadas no coletivo, considerando o aluno da

escola e não responsabilidade exclusiva do professor da Sala de Recursos-AEE, por este ter formação na área.

Os desafios de múltiplos âmbitos chegam até o cotidiano da Sala de Recursos, e é através da formação, como construção de conhecimento, metodologias e subsídios para visualizar probabilidades para compreender e talvez resolver os desafios. O argumento usado ainda, por alguns professores de não estar preparados diante as situações educativas diferenciadas não são mais plausíveis.

Neste sentido, durante a pesquisa, através das escutas relacionadas à docência na Sala de Recursos – AEE no chamado chão da escola houve a compressão dos sentidos da sua constituição na profissão professor, em suas trajetórias de busca e acesso à formação, em suas vidas e ao relacionar estes significados, representações e experiências com modalidade de Educação Especial para, comprovou-se a necessidade de estar em constante processo de construção de aprendizagens, de vida e formação.

O estudo possibilitou, através das narrativas de histórias de vida, compreender o cotidiano e a docência vivenciados nos espaços da Sala de Recursos-AEE, a escolarização dos alunos com deficiências. O que requer de parte de todos os educadores o compromisso da pesquisa, em busca de soluções nunca antes vistas ou estudadas. Por isso a defesa de uma prática docente centrada para a formação continuada, reafirmando o compromisso social com o humano, para além os muros da escola, de sensibilizar, acreditar e trabalhar num projeto de sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

DRAGO, R. M., V.P.B, Santos, C. R.S. **Inclusão E Escolarização Da Criança Com Síndrome Do Cromossomo 18 Em Anel**. In. VICTOR, S.L; Oliveira, I. M. (Org.) Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Concepções e Práticas Educativas. São Carlos: ABPEE, 2116.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio- Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Resolução CNE/CEB n.4/2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

_____. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Brasília: MEC/SEESP/DPEE, 2010.

CHICON, J.F; Sá, M.G.C.S. **Inclusão Na Educação/Educação Física Escolar: Práticas Encorajadoras De Ações Pro-Inclusão.** In VICTOR, S.L; Oliveira, I. M. (Org.) Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Concepções e Práticas Educativas. São Carlos: ABPEE, 2116.

GLAT, R. **Somos iguais a você: depoimentos de mulheres com deficiência mental.** Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GOODSON, I. F. **As políticas de Currículo e de Escolarização: abordagens históricas /** 2008, Petrópolis, RJ, Editora Vozes.

_____, I. F. **Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional.** In: NÓVOA, António (Org.). Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1995, p. 63–78.

JOSSO, M. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004. 285p.

MENEZES, E. C. P.; CANABARRO, R. C. C; MUNHOZ, M. A. Deficiência Intelectual, in SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado–AEE: contribuições para a prática pedagógica.** 1. Ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação–CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

NÓVOA, A.. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1991.

_____, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: Nóvoa org. Portugal, Porto Editora: 1992.

_____, A. – (Org.) **Vida de Professores.** Porto: Porto Ed., 1992.

TURCHIELLO, P; SILVA, S.S. M; GUARESCHI, T. **Atendimento Educacional Especializado (AEE),** in SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.). Atendimento Educacional Especializado–AEE: contribuições para a prática pedagógica. 1. Ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação–CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

WESCHENFELDER, N.V.; **Vozes do campo: memórias da infância e da escola nos espaços de formação...** *Práxis Educacional*, Vitória da conquista v.6, n8 p.89-106 2010. Disponível em: 20 de set. 2017